

SÁ CARNEIRO, ANA RITA. PARQUE E PAISAGEM: UM OLHAR SOBRE O RECIFE. RECIFE: ED. UNIVERSITÁRIA DA UFPE, 2010. 168P.

Joelmir Marques da Silva*
Eliude Maria de Melo**

***Universidade Federal de Pernambuco - UFPE**

Pesquisador do Laboratório da Paisagem da UFPE / Universidad Autónoma Metropolitana - Azcapotzalco.
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária – Recife, Pernambuco, Brasil – CEP: 50670-901
Joelmir_marques@hotmail.com

****Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE**
Bióloga

Av. Prof. Luís Freire, 500 – Cidade Universitária – Recife, Pernambuco, Brasil – CEP: 50740-540
eliudemello@hotmail.com

RESENHA

Ana Rita Sá Carneiro é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Urbano, bem como Coordenadora do Laboratório da Paisagem, que fazem parte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Atua ainda como Membro do Comitê Internacional de Paisagens Culturais (ICOMOS/IFLA) e do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e é líder do Grupo de Pesquisa ‘Jardins de Burle Marx’ certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

É considerando que os parques urbanos são os grandes jardins das cidades e estruturadores da paisagem que a arquiteta Ana Rita Sá Carneiro nos leva a um passeio pela história da concepção dos parques, suas funções e usos, de um modo geral. Tendo como objeto de estudo – os Parques do Recife – a autora mergulha na criação, na fisionomia da paisagem e no uso dos parques da capital pernambucana.

O parque, assim como a praça, surge com a cidade, há mais de três mil anos, sendo reconhecido com um lugar da prática esportiva, militares, assembleias, celebrações e tinha a conotação de autoridade, poder e riqueza e situava-se nas mediações dos palácios dos reis e da aristocracia do antigo Egito e das antigas Pérsia, Assíria, Índia, Grécia e Roma.

É nessa perspectiva que a autora chega à conclusão de que no decorrer da história das cidades, os espaços livres refletiam padrões culturais construídos a partir de peculiaridades sociais e econômicas acarretando marcas no projeto paisagístico do parque urbano que refletiam os gostos e as ideias da elite de cada época.

Com o olhar voltado para os parques da Europa do século 17, mas precisamente na Inglaterra e França, a prática de esportes, os grandes parques privados da aristocracia e os parques da realeza foram os percussores do surgimento desses espaços livres. Com o passar do tempo os parques deixam de ser privados passando a condição de público, como é o caso do *Hyde Park*, na Inglaterra, em 1830.

O desenho dos parques, ou seja, o seu traçado – a espinha dorsal do projeto - abarcava três tipos característicos que no decorrer do tempo foram classificados como sendo ‘modelos’ dos jardins ingleses (traçado pictórico), italianos (traçado geométrico) e franceses (traçado naturalista).

De tudo, Ana Rita Sá Carneiro considera que nos projetos de parques desenvolvidos até o momento atual, em diferentes tempos e lugares “traduz o desejo da dominação da natureza e

reorganizar seus elementos em jardins projetados, bem como simplesmente de reproduzi-la tal como se apresenta em sua plenitude”.

No debate atual sobre os parques urbanos, a autora destaca que o projeto deve reunir os elementos naturais e construídos dentro de um contexto cultural, e deve ser “integrado a um sistema de espaços livres já estabelecidos pelas políticas de planejamento urbano”, diretrizes que caracterizam a segunda metade do século 20.

Mesmo diante da diversidade, seja ela cultural, econômica ou social, todas decisivas no processo de concepção de um parque, alguns aspectos são comuns às realidades dos países, como, por exemplo, a função, a relação morfológica - entre o projeto do parque e o entorno edificado -, a destinação das áreas internas, a flexibilidade do projeto, a predominância - ora de elementos naturais ora de construídos -, elementos que proporcionem surpresas, animação e mistério, bem como programas que solucionem a falta de segurança.

De ilhas verdes a integrantes efetivos do organismo urbano, é nessa perspectiva que a escolha da função de um parque urbano antecede sua concepção, desta forma, antes deve ser sugerida pelos agentes públicos e em seguida concretizar-se no projeto. Como funções, destacam-se: i) recreativa; ii) cultural; iii) estética; iv) social; v) ecológica e iv) econômica. Ademais, e extrapolando a escala do parque, todo espaço público deveria cumprir no mínimo três papéis na vida das pessoas: i) significado; ii) direito e iii) necessidade.

Com o olhar voltado para a cidade do Recife, mergulhando em seu objeto empírico, e para compreender a função dos parques, Ana Rita Sá Carneiro considera que se faz necessário o estudo das características da paisagem urbana, de sua fisionomia, da história desses espaços desde a criação e compara-los aos de outras cidades.

Recuando na história veremos que na cidade do Recife os grandes jardins privados - verdadeiros parques - localizavam-se próximos aos conventos e às escolas das ordens religiosas, bem como às residências dos comerciantes ricos, situadas às margens do rio Capibaribe, sendo que as primeiras praças ajardinadas se originaram de áreas privadas - os quintais e jardins às margens dos rios -, integrando as mansões construídas pelos ingleses, e os antigos pátios de igreja.

Antes disso, no século 17, o conde Johann Moritz von Nassau-Sieng (Maurício de Nassau) privilegia uma área na ilha de Antônio Vaz, situada no encontro dos rios Capibaribe e Beberibe, com a construção do Parque de *Vrijburg* (Friburgo).

Foi entre os anos de 1909 e 1915 que o Recife passa a contar com áreas de implantação de parques públicos mediante a atuação do engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito ao planejar o traçado sanitário para a expansão do Recife.

Nos anos de 1920 o Recife conta com a participação de profissionais holandeses, ingleses e franceses na urbanização estimulando a discussão sobre o que poderia ser uma paisagem desejável.

Na década de 1930 a capital pernambucana tem outro salto, com a elaboração de planos para a expansão da cidade que se afirmou no ideal de salubridade que concorreu para a valorização de intervenções de cunho estético. Mesmo com todo esse movimento, o primeiro parque público do Recife - o Parque 13 de Maio -, só foi inaugurado em agosto de 1939.

Em 1935 o paisagista Roberto Burle Marx chega ao Recife e assume a chefia do Setor de Parques e Jardins da então Diretoria de Arquitetura e Construção, permanecendo até meados de 1937. Nesse momento o paisagista cria um plano de aformoseamento tendo a oportunidade de projetar a paisagem de várias praças, seus primeiros jardins públicos, de caráter moderno, e que conferiu uma nova identidade à paisagem urbana do Recife. Na década de 1957, a importância do projeto paisagístico foi resgatada e Burle Marx foi novamente convidado pelo então prefeito Pelópidas Silveira para projetar jardins públicos e privados.

O Recife, portanto, foi o berço da obra de Bule Marx, onde ele deixou suas marcas artísticas na paisagem urbana.

A identidade da paisagem dos parques advém da estruturação de componentes físicos, seja ele natural ou artificial. A qualidade artística dessa estruturação, que requer treinamento e

sensibilidade, deve ser o principal objeto do paisagista.

Em 1970, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Recife (PDLI) constatou a carência de espaços livres e verificou que apenas três espaços públicos tinham massas representativas de vegetação. O plano estimava a necessidade, conforme relata Ana Rita Sá Carneiro, de 256 áreas para recreação que atenderia satisfatoriamente cerca de 1.200.000 habitantes e seriam organizadas de acordo com uma hierarquia de espaços livres.

Os padrões de uso dos parques envolvem vários fatores. Contudo um, o mais relevante, é destacado pela autora – a distância percorrida pelos usuários de sua residência até o parque. O fato de o parque estar localizado nas proximidades de áreas residenciais determina sua popularidade.

Diante do conflito gerado pela demanda simultânea por habitação e por espaços livres, esforços foram feitos para a criação de cinco parques no Recife, três na década de 1980 e dois na década de 1990 que somados ao Parque 13 de Maio, dá ao Recife um montante de seis parques urbanos em 1992.

Por fim, a autora reforça que os parques são elementos urbanos que precisam de avaliação constante, sem o que o seu papel educativo corre o risco de não mais falar às novas gerações de usuários. A ideia do parque como elemento de educação ambiental, social e patrimonial se coadunam e isso é o primeiro passo para que venha a surgir a verdadeira cultura dos jardins.

Data de submissão: 27.04.2013

Data de aceite: 11.05.2016

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.